

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

JOCIMARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**TERCEIRO SETOR E CAPTAÇÃO DE RECURSOS: UM ESTUDO DE
CASO NA APAE DE PRESIDENTE MÉDICI-RO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

**Cacoal
2008**

JOCIMARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**TERCEIRO SETOR E CAPTAÇÃO DE RECURSOS: UM ESTUDO DE
CASO NA APAE DE PRESIDENTE MÉDICI-RO.**

Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal,
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato

Cacoal
2008

TERCEIRO SETOR E CAPTAÇÃO DE RECURSOS: UM ESTUDO DE CASO NA APAE DE PRESIDENTE MÉDICI-RO.

Por

JOCIMARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Administração, para obtenção do grau de Bacharel em Administração, mediante a Banca Examinadora, formada por:

Presidente

Profª. Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato – Orientadora/UNIR

Membro

Profª Ms. Lúcia Setsuko Ohara Yamada

Membro

Profº Ms. Marcelo Ferreira Tete

**Cacoal
2008**

DEDICATÓRIA

À minha mãe e ao meu pai, pessoas imprescindíveis na minha vida, por tudo o que fazem por mim.

AGRADECIMENTO

Ao Deus eterno imortal, invisível, mas real.

Aos meus pais, João e Ceni, pelo amor incondicional dedicado aos seus filhos, por nunca tê-lo dividido, mas sim, multiplicado.

Aos meus irmãos, Jhones e Josiane, porque formamos um trio maravilhoso que aprendeu a se unir logo cedo e por assim se manterem, principalmente nos momentos mais difíceis.

À minha amiga Margarete Somavilla pela nossa amizade, pelos momentos de dificuldades durante esse percurso, pois estivemos sempre juntas, quer rindo, quer chorando, formamos uma dupla que deu muito, muito certo.

Aos meus familiares e amigos, que sempre estão por perto para me ajudarem, porque não houve um dia sequer em que não precisei destes e, tampouco, me falharam.

À minha orientadora Suzi, porque mesmo tendo seus afazeres e buscando subir mais um degrau em sua carreira profissional, cedeu boa parte do seu tempo para orientar-me.

Grata, sempre.

TERCEIRO SETOR E CAPTAÇÃO DE RECURSOS: UM ESTUDO DE CASO NA APAE DE PRESIDENTE MÉDICI-RO.

Jocimara Gonçalves de Oliveira¹

RESUMO

Nos últimos anos ficou visível a importância das Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos na promoção do desenvolvimento social do Brasil. A atuação dessas, mostra sua contribuição para a construção de novos padrões na sociedade, que objetivam a promoção dos direitos sociais como saúde, educação, cultura, integração social entre outras. O Estado vendo reduzida sua capacidade em promover tais direitos, passa a viabilizar e incentivar a criação dessas entidades, repassando recursos por meio de convênios, contratos e termos de parceria. Mesmo com a ajuda do governo essas entidades têm tido problemas para captar recursos. Para que as organizações do Terceiro Setor recebam recursos governamentais, estas devem possuir os títulos certificados concedidos pelo Poder Público, para o fim a que se destinam, conforme a legislação pertinente. Esta pesquisa consistiu em verificar como a Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais-APAE de Presidente Médici realiza seu processo de captação de recursos, apresentando conceitos, características e, ainda, o perfil do profissional captador de recursos, função importante, nesse processo. A pesquisa foi construída através de levantamento bibliográfico e documental com base nos documentos analisados na Associação, utilizando-se também de questionário a fim de identificar e conhecer as formas de captação de recursos, bem como, entrevista com o profissional captador da APAE. A pesquisa identificou que a Associação está constituída legalmente, possui os títulos e certificados que permitem captar recursos com órgãos públicos, sendo a prestação de contas necessária, conforme determina a legislação e ressalta a importância do captador na Associação para alcance da missão.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Captação de recursos. APAE.

INTRODUÇÃO

A sociedade está cada vez mais envolvida com seu meio. É da natureza humana colocar em prática atitudes voltadas para as atividades de cunho filantrópico e humanitário, o que pode surgir de idéias individuais ou de grupos de pessoas. Colocar em prática idéias de ajuda ao próximo, na forma de ações comunitárias, exige planejamento, dedicação,

¹ Bacharelanda do Curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus Cacoal*, sob a orientação da Professora Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato.

responsabilidade e organização para que o esforço despendido para tal finalidade seja proveitoso.

No Brasil, nas últimas décadas do século XX, se expande e fortalece o Terceiro Setor, setor que reúne as organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária fora do âmbito não-governamental, objetivando o benefício público. Estas organizações vieram dar continuidade às práticas tradicionais de caridade e filantropia, expandindo o seu sentido para outros segmentos, através da incorporação do conceito de cidadania e das diversas manifestações da sociedade civil.

A Constituição Federal de 1988 proporcionou um maior reconhecimento e importância das organizações do chamado Terceiro Setor. O Estado que chamava para si todas as responsabilidades na prestação dos direitos sociais fundamentais, passa a se redefinir reduzindo seus investimentos na área social e com isso intensifica sua parceria com os setores da sociedade que possam colaborar no enfrentamento de tais questões, evidenciando a transformação da sociedade e da sua condição de único provedor da assistência social, passando o bem público a ser responsabilidade de todos, não apenas do Estado.

Nesse contexto, o Terceiro Setor é constituído por um conjunto de organizações sem fins lucrativos e composto de formas tradicionais de entidades assistenciais e beneficentes, movimentos sociais e associações civis, fundações ligadas às empresas privadas e Organizações Não-Governamentais. Entretanto, o maior desafio do Terceiro Setor é a sustentabilidade. Essas organizações têm, em geral, total dependência em relação às fontes de recursos, seja governo, setor privado, organizações internacionais e pessoas físicas. O Estado que passou a financiar políticas de proteção social, fez com que essas organizações passassem a mobilizar novas fontes de financiamento, evidenciando a participação das pessoas, das entidades religiosas e do empresariado nacional, principalmente por meio de suas fundações, as empresas vêem as organizações do Terceiro Setor como canais para viabilizar seus investimentos na área social.

Buscar meios adequados para captação de recursos exige organização por parte das entidades. O profissional captador precisa estar preparado para desempenhar seu importante papel dentro da organização. Estas precisam estar mais estruturadas, tanto para estabelecer parcerias com empresas privadas, pessoas físicas e governo, pois quanto maior for a sua organização maior será o resultado pretendido. Drucker (1997, p. 79), nos traz que o desempenho e os resultados são muito difíceis de serem medidos em uma instituição sem fins lucrativos do que na empresa, contudo, eles são muito importantes.

Neste trabalho será demonstrada a conceituação do termo Terceiro Setor, o histórico dessas organizações no mundo, seu surgimento no Brasil e o Terceiro Setor após a Constituição de 1988, bem assim, uma breve explicação sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP, criadas pela Lei nº 9.790/99, denominada o marco do Terceiro Setor no país, o crescimento e manutenção deste setor, alguns dos tipos de entidades existentes, como as ONG's, associações, fundações, entre outras formas. Após, está relacionado os tipos de fontes para a captação de recursos no Terceiro Setor, bem assim, os títulos e certificados concedidos pelo Poder Público às organizações, que garantem benefícios tributários, possibilidade de celebração de convênios e termos de parceria com o Poder Público, e sobre importância do profissional captador de recursos nestas organizações.

Considerando que o tema sustentabilidade das Organizações Não Governamentais – ONGs, ocupa boa parte da agenda pública do setor, embora desde os primórdios da cooperação internacional com organizações da sociedade civil brasileira (início dos anos 80) se fale na então denominada “auto-sustentação”, somente nos anos recentes o tema ganhou maior projeção e concretude. Nesse contexto, vale saber como se sustentam as ONGs e como ocorre a captação de recursos para que essas organizações persigam os objetivos para os quais foram criadas?

Para dirimir sobre esta questão quanto à captação de recursos e como se sustentam as Organizações do Terceiro Setor, a pesquisa teve por objetivo identificar e apresentar as ações das quais se utiliza a APAE e seus profissionais no processo de captação de recursos, outrossim, o papel do profissional captador no processo de arrecadação de recursos.

Para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada consistiu no método dedutivo para obter conclusão a respeito dos dados coletados na pesquisa. A forma de abordagem da pesquisa é a qualitativa, para análise, descrição e interpretação dos dados sobre a Associação e captação de recursos na mesma. Para a concretização dos objetivos, utilizou-se de pesquisa exploratória, visto que esta busca o levantamento de dados, adequado ao estudo de caso em questão, se utilizando livros, artigos científicos e outros materiais disponibilizados via internet, e ainda, análise documental realizada na própria Associação. A coleta de dados se deu através de questionário constituído de perguntas abertas aplicado pela pesquisadora e entrevista não-estruturada.

O presente estudo de caso foi realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, Escola Anjo Gabriel, de Presidente Médici, tendo sido a pesquisa realizada no período compreendido entre setembro e outubro de 2008.

Foram entrevistados, a Secretária Geral da Associação, considerando que esta é a pessoa detentora de maior conhecimento sobre a parte burocrática da APAE e a única pessoa dentro da Associação que se dispõe a elaborar os projetos para a captação de recursos, e alguns dos professores que estão diretamente envolvidos e são participantes ativos do processo captação, investimentos dos recursos e prestação de contas, ressaltando que todos estes, apesar de serem as pessoas que mais se dedicam a essa parte dentro da Associação, todos estão amparados pela direção e conselho fiscal, conforme determinado no Estatuto.

1 O TERCEIRO SETOR

1.1 O Terceiro Setor

Até recentemente, a ordem sociopolítica compreendia apenas dois setores, o público e o privado, tradicionalmente bem distintos um do outro, tanto no que se refere às suas características, como à personalidade. De um lado ficava o Estado, a Administração Pública, a sociedade; do outro, o Mercado, a iniciativa particular e os indivíduos.

Rifkin (*apud* CAETANO, 2006, p. 102-103), coloca o que considera uma nova concepção dos papéis em um sistema socioeconômico:

Primeiro Setor: o governo cria capitais e empregos de governo, o que não é suficiente;

Segundo Setor: cria capitais e empregos de mercado, mas isso não é suficiente;

Terceiro Setor: a sociedade civil cria capital social e empregos.

No mesmo sentido é a definição de Silva (2003, p. 1), em relação aos três setores, onde traz o primeiro setor como sendo o setor composto por instituições do Estado, o segundo setor, constituído pelas empresas privadas que objetivam lucro e o Terceiro Setor, por sua vez, o composto por cidadãos organizados que buscam a realização de objetivos públicos.

Assim, quanto às suas finalidades há uma clara coincidência com os objetivos do Estado (primeiro setor), instituição pública que se pauta pelos interesses universais, o bem estar público e os do segundo setor, organicamente composto por agentes que buscam objetivos privados.

Nesse contexto, entende-se que o Terceiro Setor é aquele constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados, que atuam nos mais diversos segmentos, como: educação, assistência social, cultura e recreação, saúde, desenvolvimento e defesa de direitos, religião e ambientalismo, podendo-se acrescentar, ainda, moradia, alimentação e nutrição, saneamento, segurança, trabalho, emprego e renda, reforma agrária, previdência social.

Para Paes (2003, p. 89), configuram-se como organizações do Terceiro Setor, as Organizações Não-Governamentais, as entidades de interesse social sem fins lucrativos, como as associações, as sociedades e as fundações de direito privado, com autonomia e administração própria, que objetivam o atendimento de alguma necessidade social ou a defesa de direitos difusos e emergentes.

A idéia é que no Terceiro Setor se situem as organizações privadas com adjetivos públicos, ocupando pelo menos em tese uma posição intermediária que lhes permita prestar serviços de interesse social sem as limitações do Estado, nem sempre evitáveis, e as ambições do Mercado, muitas vezes inaceitáveis. Bresser-Pereira e Grau (1998, p. 16), consideram o Terceiro Setor como o setor produtivo público não-estatal, “setor não-governamental”, ou “setor sem fins lucrativos”. Por outro lado, o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos.

O Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor, que estuda as empresas, comunidade e governo em suas ações pelo bem comum, desenvolve pesquisas e projetos de consultoria e divulga esse conhecimento em cursos, eventos e publicações, em seu glossário, assim define o Terceiro Setor:

Espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas. Entre essas organizações, destacam-se as não-governamentais, fundações de direito privado, entidades de assistência social e de benemerência, entidades religiosas e as associações culturais e educacionais. Variam em tamanho, grau de formalização, volume de recursos, objetivo institucional e forma de atuação. De modo geral, essas entidades são criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

As organizações sem fins lucrativos são criadas e gerenciadas com ênfase na contribuição voluntária, num âmbito não-governamental, dando prosseguimento às práticas da

caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, em decorrência do fortalecimento da sociedade civil e conseqüentemente da cidadania, (FERNANDES *apud* RODRIGUES, 2006, p. 221).

Conforme Melo Rico (2006, p. 84), embora diversificado:

[...] denomina-se Terceiro Setor ao conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não lucrativos. Este Terceiro Setor coexiste com um Primeiro Setor (Estado) e com um Segundo Setor (Empresas) e vem, cada vez mais, assumindo um papel significativo e mobilizando recursos para o desenvolvimento social.

Assim, o Terceiro Setor fica caracterizado pelas iniciativas privadas que não visam ao lucro, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado, onde cidadãos participam de modo espontâneo e voluntário, em um sem-número de ações que visam ao interesse comum, se tornando um fenômeno de dimensões globais, que gera mudanças nos modos de agir e pensar.

No tocante ao seu crescimento, o Terceiro Setor deu um salto, conforme o estudo denominado *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil-2002*, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, as fundações privadas e associações sem fins lucrativos empregaram no país 1,5 milhão de pessoas. De 1996 a 2002, o número de entidades passou de 105 mil para 276 mil, representando um crescimento de 157%, somando 5% do total de empresas registradas no país.

1.2 Alguns Tipos de Entidades no Contexto – Terceiro Setor

Entidades podem ser denominadas como sociedade ou grupo que dirige as atividades de uma classe, que poderá ter um sem-número de finalidades, atendendo aos interesses dos que a compõem. De acordo com Costa (1992, p. 15), as entidades podem ser empresariais, de empregados, de professores, de profissionais e de diversas categorias, com o fim de cuidar de assuntos específicos, podendo, ainda, ter finalidades culturais, educacionais, religiosas, assistenciais e muitas outras, que devem estar citadas nos estatutos.

Andrade (*apud* TINOCO, 2006, p. 156), afirma que as entidades são instituições formadas com propósitos sociais, educacionais, religiosos, de saúde ou filantrópicos e aqueles em que, normalmente, não existe interesse na transferência da propriedade e seus membros ou

contribuintes não recebem qualquer ganho econômico ou financeiro (direto). Esse mesmo autor assim classifica as entidades:

Organizações Não-Governamentais (ONGs): resumem-se com nitidez na idéia do privado com funções públicas, mas sem fins lucrativos. Lucros eventuais devem ser reinvestidos nas atividades-fim, não cabendo a sua distribuição, enquanto tais, entre os membros da organização;

Movimentos Sociais: foram assim chamados por sua natureza instável e mutante, diferentemente da obtida em estruturas que se organizam em uma longa duração, e também por seu distanciamento em relação ao aparelho estatal;

Associações Cívicas: São as ONGs funcionando como uma fonte de apoio técnico para melhorar o seu desempenho e aumentar a sua legitimidade. As ONGs reforçam as atuações nas comunidades. Fazer a mediação entre os laços comunitários personalizados e as regras formais das associações cívicas é uma tarefa típica das organizações não governamentais;

Filantropia Empresarial: fundada por empresários, seu centro é concebido como um agente catalisador da mentalidade filantrópica no setor privado. Investimentos privados no social. Grandes empresas criam entidade jurídica separada da empresa, repassam verbas para elas e buscam favorecer o bem-estar social, sem finalidade lucrativa;

Entidades Assistenciais: pode-se dizer que as entidades assistenciais são as mais antigas do Terceiro Setor. Seu trabalho está voltado para a provisão de necessidades básicas do indivíduo, sendo que essas entidades são de caráter religioso e elas praticamente sobrevivem em função do governo e de verbas públicas;

Fundações: Denomina-se fundação um instituto com objetivo religioso, humanitário ou cultural, oriundo de liberalidade feita por meio de ato intervivos ou causa mortis. Diverge da corporação ou sociedade; porque estas são formadas pela convergência da vontade de diversas pessoas, que administram e dirigem o conjunto; ao passo que advém aquela da resolução magnânima ou piedosa de um só indivíduo, que destina vultoso patrimônio para se constituir e manter a instituição por ele almejada. Em regra, ele mesmo indica o modo de funcionamento e a direção geral;

Associações: é a forma pela qual certo número de pessoas, ao se congregarem, colocam, em comum, serviços, atividades e conhecimentos em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): Criada pela Lei nº 9.790/99, também considerada o marco do Terceiro Setor, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado,

sem fins lucrativos, desde que seus objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos na referida lei, como a promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações; promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação, conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado, entre outros.

1.3 Histórico do Terceiro Setor no Mundo

A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 70 nos Estados Unidos da América para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou para a distribuição de bens e serviços públicos. Segundo Cardoso (*apud* MENDONÇA, 2004, p. 303), foi o americano John D. Rockefeller quem cunhou a expressão Terceiro Setor quando publicou, em 1975, o primeiro estudo detalhado sobre a importância das iniciativas empresariais, com sentido público na sociedade americana.

Esse estudo de Rockefeller, intitulado de *The Third Sector X*, referia-se a um setor menos visível do que o normalmente dominante no mundo dos negócios e do governo, pois estes últimos foram e continuam sendo examinados e analisados, e em geral suas fronteiras já foram identificadas, enquanto o Terceiro Setor – constituído por organizações e associações não-governamentais e sem fins lucrativos – continuava a ser inexplorado no que diz respeito a sua dinâmica interna, suas motivações e suas relações sociais, econômicas e políticas com o resto do mundo.

1.4 O Terceiro Setor no Brasil

Com suas origens na filantropia e na solidariedade, o Terceiro Setor surgiu no Brasil através dos jesuítas no século XVI, com as ações filantrópicas, de natureza caritativa, inicialmente por intermédio da Igreja Católica, ocorrendo ativa participação das entidades sem fins lucrativos a partir do século XIX. Durante todo o período colonial até meados do

século XIX, a Igreja Católica, com o suporte do Estado, mostrou-se presente e predominantemente responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência às comunidades carentes que ficavam às margens das políticas sociais básicas, principalmente através das Santas Casas, datadas da segunda metade do século XVI, voltadas principalmente a áreas como saúde e educação, depois agregaram-se a estas as irmandades e as “ordens terceiras” que prestavam um atendimento mais específico, em relação aos implementados pelas Santas Casas.

Esse é o mesmo entendimento de Falconer (*apud* LAURINDO, 2006, p. 59), onde o mesmo afirma que se tem no Brasil, como exemplos tradicionais do Terceiro Setor, as Santas Casas de Misericórdia e as obras sociais e, como representantes mais recentes, as organizações não-governamentais resultantes dos novos movimentos sociais que emergem a partir dos anos 70.

Outras religiões, que não dissociavam a prática religiosa da caridade, utilizaram-se, a partir do século XX, dos mesmos moldes das organizações católicas e passaram a dividir as parcerias de finalidade filantrópica com esta e o Estado. Ainda no século XX, foi possível o reconhecimento das fundações como entes dotados de personalidade jurídica, conforme Lei nº 173 de Setembro de 1903, que estabeleceu que as sociedades civis de fins científicos, religiosos, morais, artísticos, ou recreativas, só adquiririam personalidade jurídica quando estivessem inscritas por contrato social, compromisso ou estatutos autenticados e devidamente arquivados.

O período entre o primeiro Governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930 (onde o assistencialismo foi assumido como estratégia política do governo), e o regime militar, em 1964, foi um período para a edição de várias legislações sobre o Terceiro Setor. Novas leis foram surgindo, como a Lei nº 91, de Agosto de 1935, que declarou de utilidade pública as sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade.

Com a modernização da sociedade gerada pela industrialização e urbanização, era natural que novas e mais complexas necessidades sociais suscitariam. Mesmo no período do Estado Novo, também conhecido como período autoritário, ocorrido entre os anos de 1937-1945, no Governo Getúlio Vargas, houve continuidade ao processo de criação de organizações de finalidade pública e várias entidades da sociedade civil se formaram, na sua maioria, atreladas ao Estado. A partir daí, o Terceiro Setor passou a ser integrado por inúmeras entidades, no entanto, sua representatividade já não era tão bem definida.

No final da década de 1960 e início dos anos de 1970, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), nascidas em função da luta política da sociedade civil contra o regime autoritário, se tornam os novos atores sociais, emergindo na sociedade civil brasileira, com ideários de promoção de cidadania e democracia, agora, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, passam a configurar novos espaços e formatos de participação e de relações sociais.

Nobre (2004, p. 8), vem corroborar essa fase do fortalecimento da sociedade civil no País.

Paradoxalmente, o fortalecimento da sociedade civil no Brasil se deu no bojo da resistência à ditadura militar. No momento em que o regime autoritário bloqueava a participação dos cidadãos na esfera pública, micro-iniciativas na base da sociedade foram inventando novos espaços de liberdade e reivindicação.

A partir da década de 1970 começa a se constituir um amplo e diversificado campo de organizações autônomas da sociedade civil, que defendiam ideais democráticos. Nobre (2004, p. 9) reforça essas novas formas de organizações, enfatizando que “o próprio Terceiro Setor começa a se ampliar para além dos círculos das ONGs, valorizando outros serviços como a filantropia empresarial, as associações beneficentes e recreativas, as iniciativas das igrejas e o trabalho voluntário”.

Nos anos 90 surge um tipo especial de ONGs, denominadas anteriormente de cidadãs, ou seja, sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir das relações baseadas em direitos e deveres da cidadania (GOHN, *apud* SILVA, 2005, p. 19)

Com a passagem dos governos militares e a consolidação democrática do País, que permitiu a pluralidade partidária, a formação dos sindicatos e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais e urbanos, as ONGs ganharam maior espaço e sua atuação passou a ser mais efetiva.

1.5 O Terceiro Setor após a Constituição de 1988

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, o Terceiro Setor entra em uma nova fase. A Constituição de 1988 é basicamente, em muitas de suas dimensões essenciais, uma Constituição do Estado Social, um Estado que não concede

apenas direitos sociais básicos, mas os garante, Constituição esta que veio retratar os esforços de mais de cinquenta anos para mitigar um quadro de injustiça provocado por uma desigualdade social que assombrou o mundo.

Para tanto, Bonavides (2005, p. 378) nos diz o que é o Estado social:

O Estado social é enfim Estado produtor de igualdade fática. Trata-se de um conceito que deve iluminar sempre toda a hermenêutica constitucional, em se tratando de estabelecer equivalência de direitos. Obriga o Estado, se for o caso, a prestações positivas; a prover meios, se necessário, para concretizar comandos normativos de isonomia. [...] o grau mais alto e talvez mais justo e refinado a que pode subir o princípio da igualdade numa estrutura normativa de direito positivo.

Apesar das atribuições do Estado, sua ineficiência em prestar serviços de natureza social ficou evidenciada desde a Constituição de 1934, que instaurou o modelo de Estado Social, que se baseia em princípios universalistas e busca a cobertura de toda a população. No entanto, este modelo acabou funcionando muito mal, chegando a provocar um colapso, pois o Estado já não conseguia prover as necessidades sociais da população.

A Constituição de 1988 foi a que deu maior destaque aos direitos sociais, dedicando-lhe um capítulo específico, dentro do Título II, em seus artigos 6º ao 11, da referida Carta Magna, sendo a primeira Constituição Brasileira a integrar, na declaração de direitos, os direitos sociais, visto que nas Constituições anteriores as normas relativas a estes direitos encontravam-se dispersas no âmbito da “Ordem Econômica e Social” (PIOVESAN *apud* LAURINDO, 2006, p. 29).

No que pertine aos direitos sociais, traz-se a definição de Silva (2005, p. 286):

[...] podemos dizer que os *direitos sociais*, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade.

A nova ordem constitucional institui um regime de democracia participativa e de cidadania responsável, em que o Estado, abandonando a concepção de Estado unisetorial, que chamava para si a responsabilidade pelo desenvolvimento da indústria e dos direitos fundamentais inerentes à cidadania, passa a regular as forças livres do mercado e da sociedade, estabelecendo, através de políticas de incentivos fiscais, graduações entre as prioridades sociais, os incentivos e as obrigações dele.

1.6 Manutenção do Terceiro Setor

Economicamente, o Terceiro Setor, ao contrário do que se pensa, é bastante dependente do Estado (primeiro setor) e das empresas privadas (segundo setor). O primeiro se mantém com os tributos que impõe a toda sociedade, o segundo sobrevive, basicamente, em razão dos lucros que o capital produz. Todavia, o setor solidário subsiste através de doações, subvenções do poder público, convênios etc.

Embora o Terceiro Setor tenha apresentado um enorme crescimento desde meados da década de 1990, as instituições dessa área ainda sofrem a necessidade de recursos financeiros para manutenção e financiamento de seus projetos. A falta de recursos leva muitas Instituições a sofrerem um processo de descontinuidade em suas atividades, com quebra dos compromissos com o público-alvo e as comunidades beneficiadas. Daí a necessidade da busca da sustentabilidade e das parcerias financeiras duradouras com os poderes públicos e iniciativa privada, caminho buscado pelas organizações não-governamentais em todo o mundo. Entretanto, a fórmula para esse caminho ainda não foi alcançada pela maior parte das entidades (FERREIRA, 2008).

As dificuldades enfrentadas pelo setor, como a falta de apoio, parcerias e garantia dos recursos necessários à sua sobrevivência, são lacunas que necessitam de um empenho coletivo de governo, empresas e sociedade civil, para viabilizar a continuidade dos trabalhos e a eficácia dos resultados, contribuindo diretamente para a gestão pública de qualidade, em diversas áreas.

2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR

Toda organização para realizar sua missão e atender às necessidades da comunidade, precisa de recursos, sejam eles de origem nacional ou internacional, advindos de fontes governamentais ou privados. A organização deve buscar por diversos financiadores, não devendo contar com recursos de apenas uma única fonte, pois corre o risco dessa fonte deixar de contribuir.

A captação de recursos apresenta-se como um dos principais desafios que as Organizações do Terceiro Setor enfrentam atualmente, pois estas entidades estão cada vez mais pressionadas a desenvolver novas e mais eficazes metodologias de captação de recursos,

devido à crescente escassez de recursos e ao aumento da competitividade para obter financiamento, resultado também da criação de novas organizações (ADULIS, 2002, p. 1).

A Gestão de Organizações do Terceiro Setor possui complexidades e particularidades, sendo um fator de crucial importância para o desenvolvimento e sobrevivência das mesmas. Com o aumento da concorrência para obter financiamento e a redução das fontes financiadoras, as organizações do Terceiro Setor dependem cada vez mais de um plano de captação de recursos bem estruturado, que reduza a vulnerabilidade e subordinação em relação aos seus financiadores, permitindo aos seus gestores conciliar as demandas da organização com os esforços necessários para a realização de sua missão final.

O sucesso da captação de recursos se mostra intrinsecamente dependente da competência das Organizações do Terceiro Setor em administrar eficientemente suas outras esferas de gestão. Quando a organização é bem administrada, alcança maior confiabilidade junto aos demais atores sociais como o governo, sociedade civil, agentes financiadores e outros, o que contribui para o processo de busca de recursos, pois os agentes financiadores desejam que suas contribuições sejam bem administradas, sem desvios ou desperdícios (PRATA, 2005, p. 1).

No final da década de 1990, no Brasil, a importância em se profissionalizar fez com que cursos e consultorias dedicados a ensinar as organizações sem fins lucrativos com finalidades sociais como elaborar planos e projetos para obtenção de recursos para financiar o trabalho desenvolvido, fossem criados. Se no início o trabalho dessas organizações era feito voluntariamente, apenas de acordo com o tempo disponível pelos seus iniciadores, com o aumento da visibilidade e o conseqüente aumento do volume de trabalho, muitas organizações se vêem limitadas em sua capacidade de atuação devido à falta de recursos, não apenas físicos como também humanos. Captar recursos seja dinheiro, doações de produtos ou trabalho voluntário, de uma maneira mais ativa, tornam-se então uma necessidade (GRUPO DE ESTUDOS DO TERCEIRO SETOR, 2002, p. 14).

Nos últimos anos, vem ganhando força a expressão mobilização de recursos, que tem um sentido mais amplo do que captação de recursos. Mobilizar recursos não diz respeito apenas a assegurar recursos novos ou adicionais, mas também à otimização, como fazer melhor uso dos recursos existentes, aumentar a eficácia e eficiência dos planos, à conquista de novas parcerias e à obtenção de fontes alternativas de recursos financeiros. É importante lembrar que o termo recursos refere-se a recursos financeiros ou fundos, mas também, a pessoas (recursos humanos) materiais e serviços.

O Grupo de Estudos do Terceiro Setor (2002, p. 14), assim escreve:

Captação ou mobilização de recursos é um termo utilizado para descrever um leque de atividades de geração de recursos realizadas por organizações sem fins lucrativos em apoio à sua finalidade principal, independente da fonte ou do método utilizado para gerá-los.

Para a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, a visão de mobilização de recursos sempre esteve vinculada a uma visão de sustentabilidade conectada à identidade política das organizações, conceito que compreende:

que recursos são todos aqueles necessários para o desenvolvimento de uma organização e, assim, abarcam recursos financeiros, materiais e técnicos: as pessoas, as organizações e as relações. Compreende também que a mobilização é a ação de educar e de engajar política e economicamente a sociedade na causa e na atuação das organizações da sociedade civil, formando assim uma base social de apoio a estas organizações.

A captação de recursos é um meio de tornar ainda mais público o trabalho desenvolvido pela organização, o que traz muitas vantagens, como promover a organização e aumentar o apoio da comunidade, como também um apoio político, tendo em vista que a captação de recursos não traz apenas dinheiro. À medida que os doadores passam a conhecer melhor a organização, seu grau de interesse pode aumentar tanto que gostariam de doar tempo como voluntários, o que é uma vantagem adicional.

Recursos podem ser captados através de:

a) Pessoas Físicas: Segundo a pesquisa “As organizações sem fins lucrativos no Brasil: Ocupações, despesas e recursos”, realizada por Leilah Landim e Neide Beres em parceria com a The Johns Hopkins University, cerca de 81% das doações privadas vêm de indivíduos, totalizando R\$ 1,7 site bilhões; 21% desta população doa recursos financeiros - uma média de R\$ 158,00 per capita/ano - e outros 29% doam recursos materiais. Se considerado a doação de trabalho voluntário e seu valor, as doações privadas cresceriam para mais de um quarto de estrutura de recursos para o setor.

Desta forma, 50% da população faz alguma doação, em bens ou dinheiro, para organizações sem fins lucrativos. Destes, 44% doam através de igrejas ou grupos religiosos e 43% doam para a área de assistência social. Estes números mostram a importância do contribuinte individual e atenta para que se desenhe mais estratégia de captação de recursos direcionada às pessoas da comunidade. Pessoas estas que aderem à causa se identificam com

os projetos que a entidade desenvolve e mostram isto doando recursos, mesmo que de valores pequenos, além de ser um recurso que vem solto, podendo ser utilizado para financiar as despesas administrativas da própria entidade e conseqüentemente tem menos exigência e mais envolvimento com a instituição (CRUZ e ESTRAVIZ, 2003, p. 81).

b) Empresas: A solicitação de recursos junto às empresas deve estar baseada na clareza da proposta e no detalhamento da divulgação do projeto para a entidade. Não raro, as empresas apóiam entidades se percebem que esta tem credibilidade e se a causa é realmente importante e, também em troca de divulgação.

Claro que não se deve ater no relacionamento por si só. É necessário apresentar claramente a missão da entidade, os projetos que desenvolve, cartas de apoio, recursos já obtidos, gráficos, relatórios, informativos, etc. Vale a pena também priorizar as empresas que se localizam na região de atuação da entidade. Toda a comunidade ao redor deve conhecer a entidade, e isso inclui as fábricas, lojas e escritórios próximos.

c) Fundações (nacionais ou internacionais) e Agências Internacionais: As Fundações são criadas com o propósito de apoiar as atividades filantrópicas. Normalmente possuem profissionais que trabalham diariamente e freqüentemente compreendem muito bem o sentido do Terceiro Setor. Estas possuem modelos de formulários de solicitação de recursos que pedem a apresentação de justificativa, objetivo, avaliação de resultados, etc. Diferentemente das empresas, as fundações buscam resultados próximos a políticas públicas e não há, necessariamente, a preocupação na divulgação do seu nome como financiador. Os projetos costumam ser de um a três anos e os recursos visam contribuir para a busca da auto-sustentação financeira.

No caso das fundações nacionais, existem critérios de financiamentos bem distintos. Muitas fundações desenvolvem projetos próprios e só algumas têm linhas de financiamento para outras entidades. Já no caso de captação de recursos junto às agências internacionais muitas vezes precisa-se da aprovação ou do envolvimento do governo brasileiro. Elas podem representar governos estrangeiros ou órgãos internacionais.

d) Instituições locais: Instituições locais podem ser uma fonte importante de recursos financeiros e também de voluntários. Sua composição é muito variada como também são suas populações-alvo, desde associações de profissionais e comerciais, até igrejas, clubes sociais, clubes da terceira idade e grêmios estudantis. Algumas têm como objetivo principal arrecadar e doar dinheiro, para outras, a arrecadação e a doação ocorrem paralelamente (GRUPO DE ESTUDOS DO TERCEIRO SETOR, 2002, p. 37)

e) **Recursos Públicos Governamentais:** Indiretamente, todas as organizações sem fins lucrativos de utilidade pública já recebem certo financiamento do Estado, através de determinadas isenções. Os recursos provenientes do governo podem vir de duas formas básicas: convênios e concursos públicos.

No caso dos convênios se estabelece uma parceria entre a entidade e a instância governamental (geralmente o município ou o estado). Em geral, esses convênios estão vinculados à área da infância (creches, abrigos e centros de juventude), até porque seguem requisitos constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para se obter convênios nesses moldes, deve-se procurar o Conselho Tutelar do Município.

É importante ressaltar que um convênio é, na verdade, uma prestação de serviços. Trata-se da terceirização de uma obrigação do governo em que este remunera uma organização sem fins lucrativos para prestar determinado serviço à comunidade como, por exemplo, uma creche. Dentro da lógica da captação de recursos, mostrar aos potenciais doadores que a entidade tem um convênio com a prefeitura ou outra esfera governamental significa comprovar que o governo confia nos serviços prestados por ela.

Outra forma de obtenção de recursos governamentais é através de contratos ou mesmo financiamentos específicos de entidades do governo como ministérios e secretarias. A entidade pode contar com a internet, que mais uma vez, acaba auxiliando nesta busca. Por exemplo, no Ministério do Trabalho existem recursos para a capacitação profissional que podem ser repassados a entidades que atuam com a profissionalização de jovens marginalizados. Trata-se do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Tais recursos financiam cursos de reciclagem profissional que se enquadram perfeitamente com a missão de várias entidades (CRUZ e ESTRAVIZ, 2003, p. 83-84).

f) **Eventos:** Os eventos podem ter várias funções como: divulgar sua causa, captar recursos, divulgar sua missão e seus projetos, reconhecer doadores, captar novos voluntários. Para que o evento seja de fato para captar recursos e não apenas para envolver a comunidade ou divulgar a imagem da associação, é preciso muito planejamento, incluindo a venda de convites e a organização. Os eventos representam momentos de confraternização e tendem a captar também voluntários. E nestes eventos deve-se aproveitar para criar uma mala direta aos participantes e enviar uma carta de agradecimentos e um convite para doação.

g) **Projeto de geração de renda:** A auto-sustentabilidade é, para muitos financiadores, sinônimo de projetos de geração de renda. Muitas associações tendem a desenvolver projetos que possam gerar receita própria e, se possível, que seja a fonte principal de seus recursos.

A geração de renda destas organizações é oriunda das vendas de artesanatos, camisetas, serviços e outros, onde geralmente existe uma porcentagem acrescida ao valor do produto, gerando um capital de giro para a entidade; transformando a renda em benefício para a mesma organização. Vale destacar que a vantagem do financiamento através de projetos de geração de renda é que, como nos eventos, o dinheiro pode ser gasto pela organização conforme sua conveniência.

2.1 Títulos e Certificados concedidos pelo Poder Público às Entidades de Interesse Social

Os títulos podem ser obtidos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Tais títulos e certificados também são uma forma de captar recursos, tendo em vista que o Estado, Município e Federação renunciam o recolhimento de impostos, taxas e outros tributos, às entidades declaradas filantrópicas, de assistência social e utilidade pública. A Constituição Federal em seu art. 150, inciso VI, alínea c, vedou à União, Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, de modo que o benefício fica assegurado àquelas que adotem a forma de fundação ou associação, podendo tal benefício ser gozado, independentemente até mesmo da declaração de utilidade pública (SZAZI, 2006, p. 45).

Nem todos os títulos são cumulativos e cada título possui uma norma, o que obriga a entidade interessada em obtê-lo a cumpri-la. No âmbito federal, podem ser obtidos os seguintes títulos:

a) Utilidade Pública Federal: Outorgada pelo Ministério da Justiça à entidade que desenvolve atividades úteis ao público, de relevante valor social, que realiza o bem em prol da coletividade, e que cumpre os requisitos legais para fazer jus a tal titulação. Para possuir tal título, deve a entidade desenvolver uma das seguintes atividades: promover a educação ou exercer atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas.

Como vantagens a entidade tem dedutibilidade do imposto de renda das pessoas jurídicas, recebe auxílios e doações, podendo realizar sorteios, desde que autorizados pelo Ministério da Justiça; é pré-requisito para obter o CEBAS e pré-requisito para requerer a isenção da cota patronal devida ao INSS, caso se cumpra cumulativamente outros requisitos previstos na legislação específica.

b) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS): Título outorgado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão vinculado ao

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Para obter o certificado a entidade deve ter como finalidade o desenvolvimento de atividades como proteção a família, a infância, a maternidade, a adolescência e a velhice; amparar crianças e adolescentes carentes; promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência; promover a integração ao mercado de trabalho e; promover o atendimento e o assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia dos seus direitos.

É um pré-requisito para requerer a isenção da cota patronal devida ao INSS, caso cumpra cumulativamente outros requisitos previstos na legislação específica. É um certificado que repercute diretamente no teor do estatuto social da entidade, no que pertine as práticas de gestão adotadas e atividades desenvolvidas pela mesma.

c) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): Qualificação outorgada pelo Ministério da Justiça, este certificado apresenta como vantagens a dedutibilidade do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, possibilita a remuneração de dirigentes sem a perda de benefício fiscal e, ainda, a Celebração de Termos de Parceria com o Poder Público.

d) Organização Social: É uma forma de qualificação das entidades para que possam absorver atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, desempenhadas, até então, pelo Poder Público.

3 O CAPTADOR DE RECURSOS

As organizações sem fins lucrativos estão investindo tempo na contratação e capacitação do profissional de captação de recursos até que ele possa de fato buscar recursos para seus projetos. Esta é uma carreira importante e como todas as atividades no Terceiro Setor, treinamento é necessário. Para Marcovitch (2005, p. 122), “a profissionalização da gestão das instituições do Terceiro Setor está sendo esperada”.

A maioria dos profissionais de organizações sem fins lucrativos já captou alguma vez recursos durante seu trabalho, mesmo que não seja o responsável pela captação de recursos, nem estando esta atividade na descrição de seu cargo. Um captador de recursos terá, entre outras funções, de liderar todos os esforços da captação de recursos, conhecer as diferentes técnicas de gerenciamento e de captação de recursos existentes, como solicitação com indivíduos, elaboração de projetos, redação e técnicas de mala direta, telemarketing, condução

de campanhas de captação anuais e de capital, organização de eventos, além de ter habilidade no gerenciamento de voluntários e profissionais nas diferentes fases de campanhas de captação de recursos (CRUZ E ESTRAVIZ, 2003, p. 44-45)

E ainda, deve o captador de recursos ter integridade, atitude positiva, persistência, paciência, entusiasmo, criatividade, facilidade de comunicação oral e escrita, ser bom treinador de voluntários e de profissionais e deve sobretudo “vestir a camisa” da instituição, ser genuinamente entusiasmado sobre a missão da organização ou uma causa que o motive. O captador eficiente conhece bem as necessidades existentes e potenciais da própria organização. Isso também dará a segurança necessária ao financiador de que a sua contribuição vai fazer diferença.

O captador de recursos conta com a Associação Brasileira de Captadores de Recursos – ABCR, que promove o desenvolvimento e o aprimoramento dos profissionais na obtenção de recursos para causas não-lucrativas e busca preservar princípios éticos elevados na função de captação de recursos, tais princípios e valores devem ser aderidos pelos profissionais, esforçando-se para sustentá-los e acatá-los nas suas responsabilidades para a obtenção de apoio filantrópico.

A referida associação agrega profissionais sob um código de ética que proíbe o pagamento de comissão sobre o valor arrecadado. No entanto, nota-se a importância para a organização em remunerar um profissional captador de recursos, com salário fixo, como ocorre com outros profissionais da organização, até mesmo para dar lisura e assegurar que os recursos doados serão de fato investidos na finalidade para a qual foram solicitados, para que a intenção do doador seja respeitada e realizada com toda a honestidade.

4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA APAE DE PRESIDENTE MÉDICI

A APAE está com o seu Estatuto Social de acordo com as regras do novo Código Civil, o que facilita a obtenção das qualificações existentes para as entidades do Terceiro Setor, tais como os títulos de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, bem assim, o Certificado Nacional de Assistência Social, o que possibilita à mesma receber benefícios do Estado, do Município e do Governo Federal.

O próprio estatuto da entidade já estabelece as principais exigências dos títulos concedidos, como a não remuneração da diretoria e do conselho fiscal, a não distribuição de lucros, bonificações e vantagens a seus dirigentes e, ainda, as demais normas do novo Código

Civil no que se refere à criação de Associação, como é o caso da APAE. Todas as atividades econômicas desempenhadas pela mesma, como a venda do artesanato, tem toda sua renda destinada às finalidades da entidade, conforme os objetivos estatutários da mesma.

A APAE de Presidente Médici – RO., foi fundada em 13/07/1997, com a finalidade de prestar atendimento aos deficientes físicos, mentais e treináveis, uma vez que o município não dispunha de profissionais da área e a necessidade desse atendimento crescia mais e mais por parte das famílias que procuravam apoio.

Iniciou suas atividades com a senhora Maria Marluce Nogueira de Lima Gotardi e seu esposo Osmar Gotardi, em agosto de 1997, num prédio de madeira cedido pelo município com 18 alunos portadores de diversas deficiências. Buscaram apoio para instalação e reforma do prédio, recursos materiais, contando apenas com ajuda de algumas professoras e voluntários que desempenhavam todas as funções, como cozinheira, faxineira e atividades administrativas como, por exemplo, secretariado.

A Escola Especial Anjo Gabriel, por ela mantida, atende pessoas com deficiências auditivas, mental, física e múltipla. A escola possui salas de aulas para a alfabetização, pré-alfabetização, escolarização de jovens e adultos, estimulação precoce, sobrevivendo de doações do Ministério Público, do Poder Judiciário, de sócios, do comércio e de convênios firmados entre os poderes governamentais.

Neste ano de 2008, foram matriculados um total de 203 alunos, que são apanhados em casa e trazidos para a escola onde tomam café da manhã e almoçam, recebem atendimento em sala de aula, participam da oficina para aprendizagem de artes com vários trabalhos manuais e são levados para casa em transporte próprio da escola.

A escola conta atualmente, com um número maior de funcionários do que o inicial, somando 20 pessoas, incluindo os professores, equipe pedagógica, administrativa e vigilantes. Buscam parcerias visando um trabalho produtivo que permita propiciar o pleno desenvolvimento das potencialidades sociais, afetivas e intelectuais do aluno, tornando necessária uma articulação com as famílias, empresários e outras entidades representativas que possibilitem um conjunto de ações que garantam as especialidades da própria dinâmica da formação para o exercício da cidadania.

4.1 Dos Títulos e Certificados concedidos pelo Poder Público à APAE

Os títulos e certificados concedidos pelo Poder Público a uma entidade sem fins lucrativos também representam uma forma de captar recursos. Havendo benefícios, como por

exemplo, a isenção do pagamento de taxas e tributos, os valores destinados a esses pagamentos passam a ser investidos na própria entidade.

Os dados aqui mencionados foram obtidos em consulta aos documentos da APAE e com a ajuda da Professora e Secretária Geral da APAE, Sra. Márcia Rocha. A APAE está isenta do pagamento dos valores devidos ao Instituto Nacional da Seguridade Social-INSS, isenção do pagamento do IPTU, do alvará de localização, taxas e licenças municipais devidos à Prefeitura e inscrição na Receita Estadual. Para a Associação, que é totalmente dependente de recursos, a economia que representa a isenção de tais tributos é, sem dúvida, um incentivo para a mesma e um bom valor para ser investido em materiais para a Escola, como afirmado pela Professora Márcia e secretária da APAE.

São os seguintes títulos e certificados que a APAE possui:

- 1) Utilidade Pública Municipal (UPM);
- 2) Utilidade Pública Federal (UPF);
- 3) Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ;
- 4) Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ;
- 5) Certificado de Registro junto à Federação Nacional das APAE's .

4.2 Outras formas de captação de recursos na Associação APAE

Captar recursos não é uma tarefa fácil. Exige tempo, disposição, saber vender idéias, saber contatar, saber elaborar propostas, ser criativo e, ainda, os doadores precisam estar bem esclarecidos quanto às necessidades da entidade para realizarem doações; e estas, para realizarem sua missão e atender às necessidades da comunidade, precisam de recursos, advindos de diversas fontes.

A APAE como uma associação sem fins lucrativos necessita de recursos para sua manutenção, conforme tratado no item 2 deste artigo, temos abaixo as formas como a Associação realiza sua captação de recursos. Conforme informações da secretária.

1) **Pessoas Físicas:** A APAE aceita a doação de pessoas físicas, e estas podem contribuir com a Associação na quantia que desejarem. No entanto, não há nenhuma contribuição voluntária de pessoa física à APAE, que seja fixa, acontecendo esporadicamente doações por parte destas. Para toda e qualquer doação feita, a Associação deve emitir recibo, e esta deve prestar contas, o que acontece ao fim de cada ano civil. Nem todos os pais de alunos contribuem. Muito se deve ao fato de serem pessoas carentes. O Sr. Sebastião Sant'Anna, que

também cuida da parte das doações à Associação, informa que vinte e três pais fazem doações mensais, em quantias que variam entre cinco e dez reais.

2) **Empresas:** De um total de cento e trinta empresas cadastradas na Associação Comercial e Industrial do município, conforme dados obtidos na própria Associação, que os atualizou em Setembro de 2008, a APAE conta com o apoio do comércio local, onde 19 (dezenove) empresas contribuem mensalmente com valores em dinheiro, que variam entre cinco e trinta reais, ficando a critério de cada empresário contribuir com o valor que desejar, pois a Associação não determina valores mínimos de contribuição, há também a doação de brindes, alimentos, principalmente na época da festa APAE JUNINA e outros eventos promovidos pela Associação.

Outra grande parceira da APAE é a Cooperativa de Crédito Rural de Presidente Médici – MédiciCredi, que realiza doações freqüentes à mesma, contribuindo financeiramente e também com equipamentos e material de expediente.

3) **Fundações (nacionais ou internacionais) e Agências Internacionais:** A Associação não conta com parcerias dessa natureza, não há nenhuma Fundação, nacional ou internacional que apóie ou contribua com a APAE. Apesar das diversas tentativas de inscrição da associação em sites de fundações, segundo a secretária, Sra. Márcia, que inclusive é a pessoa que costuma realizar os projetos para captação de recursos, a Associação já tentou cadastro em mais de vinte fundações, porém de nenhuma delas foi obtida resposta, negativa ou positiva, nem qualquer outro tipo de contato para informações à Associação, pois, fundações e agências internacionais têm critérios que devem ser cumpridos, no entanto não se sabe o que falta à associação para conseguir captar recursos junto às mesmas.

4) **Recursos Públicos Governamentais:** Os recursos governamentais são os de maior representatividade para a APAE. Na esfera Federal há os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, através do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE, que tem a finalidade de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas, inclusive às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades, sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O objetivo da assistência financeira é a melhora da infra-estrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Este recurso é transferido independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do censo escolar do ano anterior ao do repasse, e destinam-se à

cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos, devendo ser empregados.

Os recursos advindos de convênio com o Estado são destinados à manutenção, aquisição de materiais, combustível, reparos nos veículos escolares, para pagamento de prestação de serviços (como água, luz, telefone). O mesmo acontece com os recursos do convênio com a Prefeitura Municipal, que também são, em sua maior parte, destinados para a compra de combustível, prestação de serviços e manutenção dos veículos.

A associação conta ainda com recursos financeiros repassados pela Promotoria de Justiça e Fórum. Estes recursos são decorrentes de multas aplicadas a cidadãos, e por determinação judicial são revertidas para Associação, pagas diretamente à mesma que emite recibo imediato. Efetuado o pagamento, a Associação tem o prazo máximo de 06 (seis) dias para prestar contas da aplicação dos valores recebidos. Além dos valores em dinheiro, o Fórum, através do Juiz Comarcano, determina aos apenados que podem cumprir pena pecuniária, a prestarem serviços na associação.

O Ciretran, também contribui com a Associação doando cestas básicas. O repasse fica dependente dos valores obtidos com o emplacamento de veículos, portanto, o número de cestas básicas entregues varia muito.

5) Instituições Religiosas: A única instituição religiosa que destinou recursos à Associação até o presente momento foi a Central Geral do Dízimo, com sede na cidade de São Paulo, quando encaminhado projeto à mesma. Nenhuma instituição religiosa do município colabora com a APAE.

6) Eventos: A APAE promove anualmente a APAE JUNINA, sua mais tradicional festa e terceira maior festa do município. Este é o evento mais rentável para a Associação, além de ser um evento que proporciona visibilidade para esta, conta com a participação de toda a sociedade em prol da causa.

Também são realizados eventos fora do calendário da APAE. Sempre que esta se encontra em dificuldades financeiras para cobertura de suas despesas, realiza festas para angariar recursos.

7) Projetos de geração de renda: Na Escola Anjo Gabriel há a oficina de trabalho onde são produzidos os artesanatos, vendidos no bazar da APAE, que fica aberto todos os dias durante o expediente para a venda ao público. Anualmente é promovida a Feira Anual de Artes, esta mais abrangente e com maior participação da comunidade, o que possibilita um retorno financeiro maior.

Além desses recursos, a Associação está passando por muitas dificuldades no que se refere aos recursos humanos. Conforme informações da sra. Natalina de Souza Costa Leal, uma das professoras da APAE, atualmente o quadro de funcionários é insuficiente para atender à demanda da Escola Anjo Gabriel, muito carente nesse sentido. A APAE não tem funcionários contratados, todos os que lá estão são cedidos pelo estado e município e, ainda, pelo governo federal. O quadro de professores é deficitário. Não há zeladora ou cozinheira, todos os funcionários ajudam na preparação da alimentação servida diariamente, na limpeza e conservação do espaço físico. Há necessidade de psicólogo e fonoaudiólogo urgente para atender aos alunos. A escola até contava com esses profissionais, mas como eram cedidos pelo município e este também não tem pessoal suficiente para atender às necessidades do próprio município, a ajuda à APAE não é mais possível. A professora também enfatizou o fato de que a APAE não conta com trabalho de cidadãos voluntários prestando serviços na mesma, o que seria fundamental na atual situação. Caso contassem com voluntários, os professores poderiam se dedicar mais aos alunos, principalmente na parte pedagógica/educacional, pois parte do tempo destes tem que ser dividido com tarefas que poderiam ser desempenhadas por outros, como é o caso da limpeza, preparação da merenda, ajuda com a monitoria dos alunos, entre outros.

O Projeto APAE ITINERANTE, que atende cerca de vinte alunos excepcionais do Distrito Estrela de Rondônia, do município de Presidente Médici, em uma sala cedida pelo centro administrativo daquele Distrito, distante quarenta quilômetros de Presidente Médici, deixa visível a falta de recursos, tanto financeiros como de pessoal.

Não há como manter uma escola no Distrito para atendê-los. Tampouco teria a escola condições de trazer esses alunos de segunda à sexta-feira à cidade para que pudessem estudar aqui. Para o atendimento dessa demanda, todas as sextas-feiras, dois ou três professores vão àquele Distrito, no ônibus da APAE, para trabalhar com esses alunos da mesma forma que os outros são atendidos na escola da cidade. Para lá é levado o mesmo material pedagógico utilizado na Escola de Presidente Médici, com o objetivo de trabalhar a estimulação, alfabetização, o ensino fundamental e também se trabalha com as aulas de educação física, muito importante para o desenvolvimento dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se denota nesta pesquisa, as associações da sociedade civil sem fins lucrativos tiveram um crescimento expressivo desde seu surgimento. A sociedade, que antes

dependia da parte social que o governo se propunha a oferecer, passa a se mobilizar percebendo que a capacidade deste para executar tarefas sociais é, deveras, limitada. As entidades sem fins lucrativos fazem muito mais do que apenas cuidar de necessidades específicas. Esse setor acabou se tornando vital para a qualidade de vida e cidadania de muitos. Funcionando como agentes de mudança humana, acabam por transformar vidas.

Durante a pesquisa muitas dificuldades foram encontradas, como o pouco acesso aos dados necessários, como por exemplo, o número exato de associados e pais de alunos cadastrados em 2008, tendo em vista que estes ficam na sala da administração e só uma pessoa é que tem acesso a esses e esta precisou ausentar-se por diversos motivos, e ainda, devido aos desencontros com os membros da diretoria que durante o período da pesquisa estiveram ausentes em várias ocasiões.

Com o estudo realizado, foi possível perceber que a APAE, como associação, está constituída legalmente e os procedimentos adotados desde a obtenção dos recursos, sejam públicos, de empresas, dos projetos de geração de renda e de outras fontes, passam pela prestação de contas e seguem as normas determinadas na legislação, até mesmo porque o não cumprimento destas acarreta automaticamente o cancelamento, como é o caso dos recursos públicos. Se assim não procedesse a APAE teria sérias dificuldades, pois sua principal fonte de recursos advém do setor público.

Os recursos humanos na entidade são fundamentais, tendo um grau de importância equivalente aos recursos financeiros. Todos os funcionários que ali prestam serviços são cedidos, e muitos estão por vontade. Muitas são as dificuldades encontradas, principalmente no que diz respeito às responsabilidades mensais e estrutura física, que está deficiente e é uma das principais reivindicações da Associação. É corriqueiro o fato de faltar recursos financeiros para cobrir despesas básicas com material de expediente, combustível, água, luz, telefone, necessários para a prestação de atendimento básico aos alunos da Escola Especial Anjo Gabriel. Vale salientar a importância da pessoa da professora Márcia Rocha na Associação. Esta profissional é a que mais entende de APAE e a única que elabora os projetos para captação de recursos na Associação. Pode-se dizer que apenas mais duas pessoas (professores) têm se disposto a ajudá-la, até mesmo pela carência de pessoal, mas trabalham com afinco em busca da melhoria para a Associação.

A falta de pessoal voluntário é, também, crucial para a entidade. Muito mais poderia ser feito se houvessem voluntários para colaborar, pelo menos com as tarefas básicas de manutenção física do local. Outrossim, a falta de campanhas e esclarecimentos à sociedade do

município, quanto a importância do trabalho prestado pela APAE aos deficientes físicos, se tornaria necessária para atrair voluntários para a entidade, e ainda, recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

ADULIS, Dalberto. **O Papel da Comunicação na Captação de Recursos**. Tema do mês de janeiro de 2002. Disponível em <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmtes_maio2002.cfm> Acesso em: 12 set. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. **Um novo olhar sobre a mobilização de recursos**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>. Informes Abong nº 429 - 4 a 18 de setembro de 2008. Acesso em: 10 set. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. **Entre o estado e o mercado: o público não-estatal**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/84PublicoNaoEstataRefEst.p.pg.pdf>> Acesso em: 10 set. 2008.

CAVALCANTI, Marly (Org.). **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, 2006.

COSTA, Aloysio Teixeira. **Administração de entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: Nobel, 1992.

CRUZ, Célia Meirelles; ESTRAVIZ, Marcelo. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FERREIRA, Larissa. **Terceiro Setor: sustentabilidade ou dependência?** Disponível em : <<http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=77>> Acesso em> 10 Out. 2008

GLOSSÁRIO. Disponível em: <<http://www.ceats.org.br/glossario.php>> Acesso em: 12 set. 2008.

GRUPO DE ESTUDOS DO TERCEIRO SETOR; UNITED WAY OF CANADA - CENTRAIDE CANADA. **Captação de recursos: da teoria à prática**. Baseado no material

escrito por Ann Speak, Boyd McBride e Ken Shipley para as oficinas de Desenvolvimento e Captação de Recursos do Projeto Gets - United Way do Canadá. São Paulo, 2002.

IOSCHPE, Evelyn (org.). **3º setor e desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IPEA. Pesquisa detecta crescimento de entidades sem fins lucrativos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article0045.html?id_article=43> Acesso em: 20 out. 2008.

LAURINDO, Amanda Silva da Costa. **O papel do Terceiro Setor na efetivação dos direitos sociais**: Brasil: 1988 a 2006. Dissertação (Mestrado em Direito)-Faculdade de Direito de Campos-FDC. Rio de Janeiro, 2006.

MENDONÇA, Lucina Rocha de.; FILHO, Cláudio Antônio Pinheiro Machado. Governança nas organizações do Terceiro Setor: considerações teóricas. **RAUSP**, São Paulo, n. 4, 2004.

NOBRE, Suzana Laniado C. **3º setor**: os recursos da solidariedade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PRATA, Livia. **Captação de recursos**: um estudo em Organizações do Terceiro Setor. Tema do mês de novembro de 2005. Disponível: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmtes_novembro2005.cfm> Acesso em: 12 set. 2008.

SILVA, Eduardo Kriegel. **Os efeitos da lei 9.790/99 face ao gerenciamento de duas associações privadas qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público de Itajaí – Estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Vale do Itajaí/SC. Santa Catarina, 2005.

SILVA, Felipe Luiz Gomes. **O que é Terceiro Setor?** Disponível em: <http://www.rits.org.br/acervo/acervo_pesquisa_detalhe.cfm?CA=2003.> Acesso em: 05 set. 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor**: regulação no Brasil. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.